

Até que enfim, GOVERNO ACORDA

Apesar de negar pacote, ministros admitem medidas pontuais para evitar contaminação da economia

LUCIANO PIRES
DA EQUIPE DO CORREIO

Duas semanas depois do estouro da crise financeira nos Estados Unidos, o governo decidiu ontem traçar estratégias comuns que serão adotadas pelos ministérios de maior peso na Esplanada como forma de enfrentar a turbulência internacional. A ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é blindar setores estratégicos da economia e preservar ao máximo o crédito às empresas, aos exportadores e aos consumidores.

A reação tardia veio a partir de uma avaliação feita por ministros da área econômica de que a crise é grave e sua amplitude, imprevisível. No Palácio do Planalto, durante a reunião de coordenação política, Lula ouviu o diagnóstico e ordenou aos seus principais auxiliares atenção total nos próximos dias. "Cuidem do crédito. O Natal está aí. Precisamos de crédito para as pessoas", teria dito o presidente, segundo relato do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

O governo estuda soltar medidas pontuais para conter uma eventual contaminação (Leia quadro ao lado). Lula, no entanto, evita classificar tais soluções como um pacote. A estratégia é demonstrar otimismo, ressaltando a solidade das contas públicas, o controle da inflação e a confiabilidade do sistema financeiro nacional. "Pacote é coisa do milênio passado", ironizou Bernardo. "Até agora não aconteceu nada de relevante na economia



PAULO BERNARDO, DO PLANEJAMENTO: PRESIDENTE DETERMINA QUE MINISTROS CUIDEM DO CRÉDITO

brasileira. Se acontecer alguma coisa, a função do governo é minimizar os efeitos. Se houver necessidade vamos tomar medidas", completou o ministro.

A determinação geral é passar a imagem de que, apesar de séria, a crise americana não atingirá o Brasil de maneira brusca. Mesmo admitindo um crescimento econômico em 2009 menor do que o previsto — as apostas do Banco Central agora flutuam entre 3% e 4% —, o governo avalia que a situação econômica é confortável. "Setembro foi o pior mês e não mexemos em um tostão das

reservas internacionais. O Brasil está no grupo de países menos atingidos. Vamos continuar trilhando o caminho do crescimento", afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

No encontro de ontem, Lula cobrou vigilância constante dos ministros envolvidos direta ou indiretamente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As obras previstas ou em andamento, conforme orientação do presidente, devem ser tratadas como prioridade zero. "Não vai faltar crédito para o PAC nem para os investimentos. O BNDES (Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) vai cumprir completamente o cronograma de liberação de R\$ 90 bilhões e serão colocados mais recursos no Fundo de Marinha Mercante (FMM) para a construção de navios", explicou Mantega.

O ministro da Fazenda fez coro ao colega Paulo Bernardo e evitou falar em pacote de ajuda a segmentos da economia ameaçados pelo colapso hipotecário americano. "Tem pacote sim, mas o pacote é nos Estados Unidos. Quem precisa de pacotão são os americanos", advertiu em

tom sarcástico. Mantega admitiu que houve uma retração considerável do fluxo de crédito e destacou que os bancos privados são os agentes que mais sofrem. "O estresse será superado tão logo o Congresso americano aprove o plano de socorro aos bancos", justificou o ministro.

Orçamento

A perspectiva de crédito internacional caro e escasso lança dúvidas sobre o Orçamento da União para o próximo ano. A proposta, que está no Congresso para ser debatida tão logo terminem as eleições municipais, tende a ser ajustada pelos parlamentares, conforme o novo cenário imposto pela economia mundial. "Vou procurar o Ministério da Fazenda na semana que vem. Evidentemente, os sinais são de cautela e muita prudência. Já se desenha um crescimento menor para o Brasil. Claro que isso vai impactar o Orçamento", disse ao Correio o relator do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Na avaliação do senador, as previsões de receitas e despesas terão de ser revistas. Os investimentos também deverão ser revisados, em especial os programados por meio de emendas de bancada. Já o PAC, os recursos reservados para a abertura de concursos públicos e para dar continuidade ao plano de recomposição salarial dos servidores do Executivo federal, segundo Delcídio Amaral, estão preservados.

**COLABORARAM TIAGO PARIZ
E GUSTAVO KRIEGER**